

## Cursos de Pós-Graduação oferecidos pelo ITESC

### CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO (ESPECIALIZAÇÃO)

Em nossos tempos, intensificam-se as interpelações do pluralismo eclesial e religioso para a consciência da fé cristã e da Igreja, exigindo de cada cristão um espírito de diálogo com as diferentes tradições eclesiais e religiosas. Os caminhos percorridos pelo diálogo ecumênico e inter-religioso manifestam esse espírito, buscando a convivência e a cooperação entre igrejas e religiões. Isso exige um “refazer a teologia na perspectiva do diálogo”, para que ela melhor oriente os que percorrem os caminhos que conduzem a convergências e, inclusive, possíveis consensos entre as diferentes concepções de Deus, da Revelação, da Igreja, do ser humano, da obra da criação, da sociedade, etc., apresentadas pelas igrejas e religiões.

### CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO MATRIMONIAL CANÔNICO (ESPECIALIZAÇÃO)

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Matrimonial Canônico (Especialização) nasceu do desejo de o ITESC oferecer aos graduados em Teologia, Ciências da Religião ou Direito Civil (ou em alguma área das Ciências Humanas), uma formação interdisciplinar especializada sobre o Matrimônio e a Família, proporcionando as condições necessárias para uma atuação concreta na atividade Pastoral da Igreja, seja capacitando lideranças para atuarem nos diversos âmbitos da Pastoral Familiar, seja oferecendo a qualificação básica para a atuação em nossas Câmaras ou Tribunais Eclesiásticos.



*Confiança e Convivência – Reflexões éticas e ecumênicas.*  
Rudolf Von Sinner, 22 X 15,5cm, Sinodal, 2008, 152p.

Elias Wolff\*

Um livro para ler num só fôlego, não mais do que em 24 horas, ou talvez numa noite, daquelas em que o leitor se vê tomado pela paixão da pesquisa e da construção do saber. Não porque seja um livro fácil na sua temática. Mas pela perspicácia e criticidade com que trata de questões complexas como diálogo ecumênico e inter-religioso, ética, hermenêutica, igreja, religião, mundo. Essa pluralidade temática encontra articulação na proposta da *confiança* como exigência e condição da *convivência* entre povos, culturas, igrejas e religiões. E se enraíza numa postura *ética e ecumênica* do mundo plural no qual vivemos hoje. Em 7 capítulos, a obra trabalha essas questões de um modo interdisciplinar, primando pelo método dialógico, numa opção clara de perspectiva hermenêutica ecumênica, elaborando uma reflexão tanto investigativa quanto propositiva para igrejas, religiões, sociedades da atualidade e do amanhã.

O ponto de partida (cap. I) é a constatação da vulnerabilidade das relações humanas, da instabilidade no meio social, das fragilidades nas instituições religiosas. Essa vulnerabilidade tem uma causa: a “falta de confiança nas pessoas que não representam o próprio grupo”, o que é “um dos fatores mais importantes que impedem a comunhão tanto entre igrejas quanto entre as pessoas e instituições da sociedade” (11). Sem muitas delongas na busca de todas as causas da desconfiança generalizada, o autor apresenta os elementos que caracterizam a confiança como base da convivência (13-16): confiar é uma *aposta* feita no outro, na outra; é um *investimento prévio* na relação; acontece dentro de um *ética maior*, com princípios morais amplamente aceitos; é *dom*, e precisa estar *informada*. Assim, a confiança é “segurança íntima de procedimento”, “esperança firme”, tendo altíssimo grau de certeza de que não haverá decepção na relação com os outros (13). Tal é a base da *convivência*, que, mais do que

\* O recensor é Doutor em Teologia e professor no ITESC.



coexistência, é “vizinhança assumida” (17), algo que faz parte do ser, e condição de uma “comunidade de aprendizagem, apoio mútuo e celebração”. Num *crescendum* da reflexão surge a “hermenêutica da confiança” como imprescindível para a convivência na relação pessoa-pessoa, ser humano-Deus e entre as instituições (18-20). Essa hermenêutica sustenta o ecumenismo e a vida social (20-23). É nela que se desenvolve o diálogo em torno da Bíblia, das doutrinas, da espiritualidade, do comportamento e das estruturas que alicerçam a unidade cristã. E ela faz da sociedade um espaço de convivência e comunhão com base na confiança.

Uma vez estabelecida a base das relações – a confiança –, o autor propõe uma reflexão sobre Deus, igreja e sociedade (cap. II), apoiando-se no pensamento de Leonardo Boff, o mais renomado teólogo católico brasileiro. Após uma sintética, mas apurada, visão histórica da política no Brasil (28-32), apresenta “uma doutrina social e cósmica da Trindade”. O Deus Triuno é relação, comunhão, unidade e diversidade... A profissão de fé nesse Deus implica uma forma de ser igreja e de ser sociedade, com crítica profética contra todo individualismo, egoísmo, autoritarismo. A fé no Deus Trindade exige a inter-relacionalidade de todo ser, numa dimensão cosmológica, religiosa, pessoal e social (35-36), numa “visão planetária da natureza e da humanidade, dos seres humanos entre si, da humanidade e de Deus” (36). O autor concorda com Boff que isso é cidadania, concidadania e cidadania da Terra (36). Para tal, é necessária revisão de projetos, doutrinas, estruturas, nas igrejas, religiões e sociedades. As igrejas contribuem para que haja sociedades democráticas, fortalecendo quatro elementos: *alteridade*, que valoriza a pluralidade; *participação*, que afirma a cidadania como “direito a ter direitos” e deveres; *confiança*, na relação em que se aposta no parceiro; *coerência*, como um projeto comunitário e não para si ou para um grupo apenas (38-39).

O cap. III inova, por trazer essa reflexão no contexto do debate em torno de uma teologia pública. Recuperando as origens da proposta de “teologia pública” (EUA, década de 70), mostra como a teologia ganha espaço na sociedade brasileira, trabalha sua expressão na Teologia da Libertação e concentra-se na proposta de “teologia da cidadania”. Na América Latina, foi a Teologia da Libertação que mais deu visibilidade social à teologia e à igreja. Como nunca visto antes, os teólogos ganharam notoriedade pública e deram publicidade à teologia, refletindo sobre questões sociais. Eles tornaram-se “intelectuais orgânicos”, contribuindo para a busca de soluções teóricas e práticas aos problemas sociais. O método dessa teologia – ver, julgar, agir –, num processo de interação fé-vida e



com o uso da mediação sócio-analítica, é fundamental para que a teologia realize seu papel social. E isso refaz a Igreja, numa nova *eclesiogênese*, no modelo conhecido como CEBs (44-52). A “opção preferencial pelos pobres” é o eixo programático dessa Igreja. Claro, a Teologia da Libertação não é unívoca nem uniforme. Mas conquistou considerável espaço eclesial e social até a década de 80. Novas temáticas surgem nos anos 90, que exigem serem incluídas no labor teológico (ecologia, sexualidade, espiritualidade, gênero...). Ao mesmo tempo, questões internas às igrejas, sobretudo católica-romana, como a ascensão dos movimentos carismáticos, apresentam outras perspectivas de reflexão e vivência da fé cristã. Contudo, continua vigente e urgente a necessidade de uma teologia pública, capaz de discutir referenciais institucionais que correspondam ao ideal da teologia, e de inserir os valores cristãos no discurso sobre política, sociedade, ciência, meios de comunicação etc. Aqui o autor prefere a expressão “teologia da cidadania” (52). Cidadania é mais do que indicação de direitos e deveres, “precisa incluir a real possibilidade de acesso a direitos e a consciência dos deveres da pessoa... a atitude frente ao estado constitucional ... a participação dos cidadãos na vida social e política de seu país” (53). Para o autor, “é nisso que as igrejas fazem diferença” (53). Assim, a consciência de fé implica na consciência de ser cidadão, cidadã. A “fé cidadã” (57) exige uma “pastoral da cidadania”, que ajude a pensar a cidade como espaço comum dos cidadãos. Aqui surge a “teologia do cidadão”, teologia da cidade. E, frente aos seus sofrimentos, urge uma teologia da solidariedade (54). É nesse sentido que se faz necessária uma teologia pública para o Brasil (59-63), capaz de abordar questões da sociedade contemporânea, garantir espaço nas universidades, ser comunicável à atual comunidade científica, religiosa, política e econômica, por um enfoque das questões plurais de modo dialógico, cooperativo e construtivo (62).

No coração do livro (cap. IV), está a temática central, razão da obra e da reflexão sobre confiança e convivência: *ecumenismo e paz*. Os temas anteriores são como que preâmbulo para a unidade dos cristãos e a paz no mundo. Experimentado que é na área do ecumenismo, o autor mostra que existe uma crescente confiança entre as igrejas envolvidas no movimento ecumênico. Essa confiança possibilita a realização de acordos doutrinários e projetos de cooperação que consolidam a convivência ecumênica em muitos ambientes. Mas o caminho é ainda longo para se chegar à comunhão desejada. É ainda necessária a superação de preconceitos, maior abertura para o outro, acolhida do diferente, convicção do diálogo. Para isso, é fundamental que os cristãos compreendam que o ecumenismo é



um imperativo da consciência evangélica, e que “com seu testemunho de desunião, as igrejas não estão cumprindo sua vocação” (71). Implícita está a questão: qual a finalidade do ecumenismo? A resposta é explícita: garantir a confiança nas relações entre as igrejas, a convivência pacífica, a comunhão na fé. Ecumenismo e paz se implicam mutuamente. O autor mostra isso, fazendo uma resenha dos projetos ecumênicos de algumas instituições (72-75). E apresenta os “valores para uma cultura de paz”: *confiança-fé*, baseada na promessa de Deus (77); *visão-esperança* do Reino que se realiza em “um outro mundo possível” (78); *serviço-amor*, como diaconia no mundo dos necessitados (79). Chama a atenção que o autor não trata nesse capítulo de questões teológicas ou eclesiológicas do atual *status quo* do ecumenismo. Não há definição teórica de ecumenismo. Ecumenismo e paz são tratados de forma concreta, como um novo *ethos* a ser criado entre os cristãos e suas igrejas. A praticidade na abordagem desses temas mostra o realismo com que o autor analisa a conjuntura das relações ecumênicas na atualidade.

É no capítulo V que o vôo teórico ganha altura e complexidade. O tema exige: “hermenêutica ecumênica”. O atual cristianismo plural, multicultural, multid denominacional lança o desafio da construção de uma hermenêutica que seja capaz de colher o fundamental da fé cristã (nas Escrituras, na tradição, na comunidade) presente na singularidade de suas expressões em cada tradição eclesial. O autor apresenta o estudo sobre a hermenêutica ecumênica no âmbito do Conselho Mundial de Igrejas (88-90), concentrando-se nos últimos resultados desse estudo: *Um tesouro em vasos de argila* (1998). Aqui existe a proposta de uma *hermenêutica da coerência*, que entende a fé no interior da comunidade; *hermenêutica da confiança*, que admite que o Espírito pode falar através do ensinamento de outra igreja; *hermenêutica da suspeita*, que reconhece a necessidade de aprofundamento da própria compreensão da fé (90). A seguir, o autor apresenta a hermenêutica ecumênica entre dois pólos: contextualidade (dimensão qualitativa da fé e da teologia que reflete sobre ela), e catolicidade (dimensão qualitativa da fé e da teologia que remete à identidade e coerência do cristianismo na relacionalidade com o Deus triúno) (91). A fé cristã deve ser vivida de modo contextual nas diferentes igrejas, mas sem perda de sua integridade. Tal é o desafio da hermenêutica ecumênica. O tema ganha surpreendente amplitude ao abordar a questão hermenêutica em Leonardo Boff e Raimon Panikkar. De Boff, o autor retoma o tema do Deus Triúno e sua relação com a sociedade e o mundo (92-95). Da fé nesse Deus exige-se uma comunhão



planetária entre natureza e ser humano, ser humano e ser humano, ser humano e Deus (96). Isso tem implicações para o modo de ser da Igreja, superando o sentido de “católico”, para além dos costumes, doutrinas e estruturas da forma romana, para inclusão do cosmos inteiro (98). Para tanto, Boff prefere falar doxologicamente de Deus, onde prevalece a “experiência das realidades divinas, expressa em louvações, ação de graças, atitudes de respeito e acolhida” (99). Certamente esse é um tema altamente controverso, e o próprio teólogo viveu as tensões dessa controvérsia. De Panikkar, o autor analisa a proposta de um “ecumenismo ecumênico” que supera a relação entre igrejas, para incluir as religiões no horizonte da “realidade cosmoteândrica” (101). Aqui, o diálogo deve ser intra-religioso e inter-religioso, levando a sério a tese da universalidade das religiões numa “relatividade radical”, que permita o encontro na profundidade da intuição cosmoteândrica (103). Trata-se da “teologia pluralista” que relaciona catolicidade e ecumenismo, que leva Panikkar a pensar que “toda religião pode mostrar ser ‘religião católica’” (106). Pois “católica é a religião autêntica e verdadeira de cada pessoa” (106). Isso, numa perspectiva cristã, leva a cunhar expressões como “cristãos anônimos” e “Cristo desconhecido”, onde a identidade cristã é Cristo, e este é “símbolo da mediação entre Deus e o mundo” (107). O ecumenismo precisa, então, relacionar os diferentes credos, num “ecumenismo ecumênico”. Para tanto exige-se uma “hermenêutica profunda da realidade” que compreenda a manifestação da “Trindade” cosmoteândrica: Deus, ser humano e mundo, numa diferenciação-em-relação (108). É preciso, então, uma “confiança cósmica e abertura fundamental para os outros e a realidade – esta, entendida como “a totalidade do ser, constituída por Deus, pelo ser humano e pelo mundo” (110). Este capítulo conclui-se, retomando os três níveis de uma hermenêutica ecumênica capaz de relacionar as diferentes contextualizações do cristianismo: o nível dos enunciados doutrinários, o nível das atitudes hermenêuticas da coerência e da suspeita, e o nível da hermenêutica da confiança (113-114).

No cap. VI, o livro continua o tema do diálogo inter-religioso, agora apresentando as perspectivas de diálogo já quase consagradas: o exclusivismo, o inclusivismo e o pluralismo (121-122). Compara criticamente a tese dos “cristãos anônimos”, de K. Rahner, com aquela do “Cristo desconhecido”, de R. Panikkar (124-126), concluindo o capítulo com a hermenêutica da “intuição cosmoteândrica”, de Panikkar, onde aparece a incomensurabilidade das religiões, sendo cada uma completa em si e diferente da outra. Nessa hermenêutica é possível reconhecer em



cada religião a presença da única realidade – cosmoteândrica – numa sinergia entre o divino, o humano e o cósmico. Aqui, “alteridade” e “profundidade” de cada religião faz com que sejam reflexo da mesma realidade. Há um desafio para a igreja: expandir seu conceito de catolicidade até incluir toda religião (128). Trata-se de um “inclusivismo pluralista”, uma abertura radical ao encontro na diferença. E isso é possível apenas por uma “hermenêutica da confiança no diálogo inter-religioso”, onde interagem uma posição própria e uma postura de abertura confiante à posição do outro (129-139).

É, então, necessário trabalhar a igreja em perspectiva ecumênica, o que acontece no último capítulo do livro (VII). Conhecedor que é do movimento ecumênico, o autor apresenta as dificuldades eclesiológicas no diálogo ecumênico (133-134), a auto-compreensão eclesiológica do CMI (134-136), e as diferentes compreensões de igreja presentes no CMI: sacramental, reformatória, conversionista, carismática (136-138). E conclui com o último documento eclesiológico do CMI, que trata da natureza e missão da igreja. A igreja é compreendida numa visão trinitária, como *creatura Verbi e creatura Spiritus*, constituída como sinal e instrumento do plano de Deus para o mundo (140). Ela está na história como igreja a caminho, em busca da perfeição na unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade. Sua natureza é de comunhão “no e para o mundo”. E sua missão tem como conteúdo principal o “amor” com que Deus ama o mundo. Esse amor é vivido no discipulado como serviço, diaconia no mundo.

O livro é concluído com a retomada do problema hermenêutico na compreensão da eclesialidade das diferentes igrejas. O autor propõe dois passos fundamentais: reconhecer a primazia de Deus, sempre maior, confiando que Ele atua em minha igreja e na dos outros; identificar e formular tanto a própria posição quanto a percepção da posição da outra pessoa, numa compreensão mútua.

Uma obra de peso, mesmo não sendo volumosa, pela envergadura da reflexão. Não é, inicialmente, um livro pensado com capítulos e sub-capítulos, títulos e sub-títulos. O autor mesmo afirma que se trata de uma coletânea de artigos escritos em tempos, situações e finalidades diversas. Contudo, uma vez revisados e organicamente articulados, os sete artigos resultaram num livro de sete capítulos que brinda o leitor com uma reflexão pertinente, provocativa e propositiva sobre questões da mais alta importância na atualidade.



A reflexão é lógica e objetiva na apresentação do essencial, sem perder-se em malabarismos teóricos enfadonhos. E o autor não apenas faz síntese do pensamento de outrem. Ele se revela, se expõe, assume criticamente o saber produzido e apresenta o seu próprio saber sobre os temas e realidades tratados. Não um saber teórico, abstrato, especulativo apenas. Mas um saber articulado e construído na relação dialética de teoria e prática, pensamento e vivência. Saber existencial, onde fé, razão e ação se integram de modo orquestral. Eis uma leitura indispensável para se construir um saber interdisciplinar que alargue as margens dos caminhos do diálogo na sociedade plural dos nossos tempos.

*Endereço do Recensor:*

E-mail: [elias.wolff@itesc.org.br](mailto:elias.wolff@itesc.org.br)